

ANC

3

ANCX

“Verdes” fazem alerta à Constituinte

Pau-brasil será símbolo em ato de advertência

Deborah Berlinck

Brasília — No dia 21 de setembro, Dia da Árvore, ecologistas, entidades ligadas à ciência e simpatizantes da causa verde se reunirão num ato público na porta do Congresso Nacional. Eles vão plantar uma árvore rara — o pau-brasil — e fazer um alerta aos constituintes: se a futura Carta não garantir, agora, a preservação do meio ambiente, o Brasil corre o risco de se auto-extermiar.

A assustadora previsão do constituinte verde deputado Fábio Feldman (PMDB-SP), não convenceu os políticos a acabar com as usinas nucleares — principal bandeira dos ecologistas — mas contou ponto para importante vitória do movimento o fato de que, pela primeira vez, o país terá na Constituição um capítulo específico sobre o assunto.

Por enquanto, uma vitória

Apesar da desinformação, o capítulo sobre o meio ambiente, provado primeiro na Comissão da Ordem Social e depois condensado na Comissão de Sistematização, foi um dos mais progressistas. Na Sistematização, muitos artigos, como o das usinas nucleares e fabricação e transporte de armamentos, caíram. Restou, entretanto, o que os ambientalistas consideram uma grande vitória: a caracterização da degradação do meio ambiente como crime ecológico e a obrigatoriedade de estudo prévio do impacto ambiental sobre obras que possam alterar o meio ambiente.

Na medida em que prosseguem os debates na Sistematização, o texto inicial vai perdendo artigos, considerados matéria para leis ordinárias. O primeiro projeto do relator Bernardo Cabral, por exemplo, proibia a cobrança de tributos das entidades dedicadas à defesa dos recursos naturais e do meio ambiente, e considerava dolosos os crimes contra o meio ambiente que provocassem danos à saúde humana.

Agrotóxicos — O último projeto de Cabral, que ainda está sendo discutido, deverá adotar o texto elaborado pelo grupo do senador José Richa (projeto “Hércules”). Nessa proposta, o capítulo do meio ambiente está reduzido a dois artigos. O primeiro garante a proteção do meio ambiente, a integridade do patrimônio genético e a fiscalização de entidades dedicadas à pesquisa, além de caracterizar o crime ecológico. E ainda obriga o Estado a controlar a produção, comercialização e emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco (os agrotóxicos).

O segundo artigo diz que a Floresta

A primeira dificuldade dos verde foi explicar que meio ambiente não é só cuidar de planta. O assunto acabou provocando polêmica, quando a Subcomissão de Meio Ambiente aprovou um texto proibindo não só a instalação de usinas nucleares como também a importação, fabricação e transporte de artefatos bélicos nucleares. A reação dos militares, do governo e das indústrias de armamentos foi imediata. O artigo foi derrotado na Comissão de Sistematização. O relator Bernardo Cabral resolveu o problema transferindo para a União a competência de legislar sobre o assunto.

Avícolas — Na Comissão de Sistematização, a questão das usinas está resolvida, mas os verdes prometem barulho: os movimentos ecológicos estão organizando caravanas para, nas votações finais da Constituinte, defender a emenda popular com 68 mil assinaturas contra a instalação das usinas. Mas não há consenso na “Frente Verde Suprepartidária”, organizada por Feldman e, segundo ele, integrada por mais de 60 constituintes. Alguns

acham que as usinas devem ser proibidas para fins bélicos, mas não podem ser dispensadas como opção energética, mas Feldman é radical: “A única usina nuclear segura é a que não foi construída”.

Feldman queixa-se da falta de informação sobre problemas de meio ambiente na Constituinte, mas a confusão, do lado de fora, também é frequente. A União Brasileira da Avicultura (ABA), por exemplo, achou que o deputado, sendo um “constituinte verde”, era simpatizante do comércio de animais e enviou a ele um telegrama, na semana passada, pedindo que, “como membro da bancada avícola”, defendesse junto ao governo uma política de preços e abastecimento de aves para o país.

A deputada Maria Abadia, 2ª vice-presidente da Subcomissão do Meio Ambiente, foi convidada há um mês para jantar na casa de um político do Amazonas. Diante de uma suculenta *tartarugadae* ao lado de vários convidados constituintes, ela recusou-se a comer, argumentando: “Gente, eu passo o dia defendendo bicho, como é que à noite eu vou comer tartaruga?”

Amazônica, a Mata Atlântica, o Pantanal e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização só pode ser feita em condições que garantam a preservação das riquezas vegetal e animal.

— Será a primeira vez que um país da dimensão do Brasil terá normas em relação ao meio ambiente na Constituição — diz Feldman, ao falar da vitória dos ambientalistas sobre poderosos *lobbies* na Constituinte, como os das empreiteiras, indústrias químicas (especialmente as fabricantes de agrotóxicos), militares e indústrias de armamentos.

Crimes — As empreiteiras e construtoras, por exemplo, no caso das grandes obras, terão seus projetos sob o crivo dos estudos sobre impacto ambiental. Além disso, com a inovação do crime ecológico, as empresas que despejarem produtos químicos em rios, causando poluição de alimentos, serão responsabilizadas criminalmente.

Os adversários dos ambientalistas argumentam que uma exagerada proteção ambiental impede o desenvolvimento do país. Para provar que “a poluição do meio ambiente e a devastação dos recursos naturais é que geram o auto-extermínio coletivo e a multiplicação da miséria”, Feldman promoveu durante os debates da Comissão da Ordem Social um “tour ecológico”, levando vários constituintes ao Pantanal, a Cubatão e às usinas nucleares de Angra dos Reis (RJ). A viagem dos deputados, na época, causou polêmica e foi chamada de “turismo”, mas Feldman garante que produziu resultados.

PV pensa em lançar Ruth em São Paulo

SÃO PAULO — As possibilidades de a atriz e deputada estadual do PMDB Ruth Escobar vir a ser candidata à Prefeitura de São Paulo pelo Partido Verde começaram a se desenhar. Isto porque a nova direção eleita ontem do partido ecologista no estado é favorável a uma composição com a atriz para ter alguma chance na eleição do ano que vem.

O primeiro congresso paulista do Partido Verde encerrou-se ontem na capital com a confraternização das duas chapas que disputaram a direção regional provisória e contou com a participação das estrelas nacionais da agremiação — o escritor Fernando Gabeira, o jornalista Alfredo Sirkis e o deputado estadual do Rio de Janeiro Carlos Minc (PT). O novo presidente regional do partido, Mário Innocentini, se comprometeu a defender as bandeiras nacionais dos ecologistas e a trabalhar pela organização da agremiação no estado.

Minc, assim como Sirkis, acredita que o futuro do Partido Verde está justamente no caráter de novidade que a organização consiga apresentar na defesa diferenciada das bandeiras que outros partidos também usam. “Nós não teremos nem temos nenhum político fisiológico e nenhum marajá em nossas fileiras”, disse Sirkis. Cerca de 80% dos novos filiados do Partido Verde em São Paulo não pertenciam, até então, a nenhuma organização política.



Feldman



Carlos Minc